



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA

**AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA SERVIDORES
E SERVIÇOS ADICIONAIS**

2025

CONVITE



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Índice

Identificação e objeto	3
Entidade pública adjudicante	3
Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Documentos que constituem a proposta	3
Modo e prazo de apresentação de propostas	4
Prazo de manutenção da proposta	4
Apresentação de propostas variantes	5
Negociação	5
Esclarecimentos às peças do procedimento	5
Preço Base.....	5
Duração do contrato.....	6
Critério de adjudicação.....	6
Documentos de habilitação	6
Caução.....	8
Legislação aplicável	9
ANEXO I.....	10
ANEXO II.....	12
ANEXO III.....	13
ANEXO IV	14
ANEXO V	15



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CONVITE

Artigo 1.º

Identificação e objeto

1. O presente procedimento tem como objeto principal a aquisição de licenças de software para servidores e a aquisição de serviços adicionais, para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM), de acordo com as especificações técnicas previstas na Parte II do caderno de encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação da consulta prévia, nos termos dos artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com as adaptações à RAM previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, com sede na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, 9004-506 Funchal, telefone n.º 291210500, fax n.º 291232977 e [url:www.alram.pt](http://www.alram.pt).

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Assembleia Legislativa da Madeira, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 68.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/89/M, de 7 de setembro, na sua redação atual.

Artigo 4.º

Documentos que constituem a proposta

1. Nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, a proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente, de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao CCP, adaptado pelo artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, e reproduzido como **anexo I** ao presente convite;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:
- i. Proposta de preços de acordo com o formulário de resposta, em formato xls, a ser disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública e reproduzido como **anexo V** ao presente convite.
- c) Documentos exigidos pelo convite do procedimento que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nomeadamente:
- i. Documento com a descrição dos bens e serviços a fornecer.
2. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
3. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa, à exceção do documento com a descrição dos bens e serviços que, pela sua especificidade técnica, pode também ser apresentado em língua inglesa quando não exista tradução oficial em língua portuguesa.

Artigo 5.º

Modo e prazo de apresentação de propostas

1. A proposta deve ser apresentada até às 23h59 do sexto dia, contado da data do envio do convite, através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Artigo 6.º

Prazo de manutenção da proposta

O prazo de obrigação de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Artigo 7.º

Apresentação de propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão de todas as propostas apresentadas.

Artigo 8.º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 9.º

Esclarecimentos às peças do procedimento

1. Compete ao órgão que autorizou a abertura do procedimento os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, sem prejuízo da delegação desta competência.
2. Os esclarecimentos devem ser solicitados através da plataforma eletrónica AcinGov (www.acingov.pt), no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

Artigo 10.º

Preço Base

1. O preço base do procedimento é de 86.000,00 € (oitenta e seis mil euros), correspondente ao montante máximo a pagar pelo fornecimento de todos os bens e prestação de todos os serviços objeto do presente procedimento.
2. Ao preço referido anteriormente acresce o IVA à taxa legal em vigor na Região Autónoma da Madeira.
3. Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foi realizada uma consulta preliminar de modo a obter informações relevantes para estabelecer o preço base, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
4. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar e não classificada como confidencial, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após o prazo de apresentação de propostas.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Artigo 11.º

Duração do contrato

O contrato produz efeitos no dia seguinte ao da sua assinatura e dura pelo tempo necessário ao cumprimento integral de todas as obrigações nele previstas, sem prejuízo de outros deveres que perdurem para além do prazo contratual.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade monofator, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP, densificado pelo fator preço.
2. Para efeitos de aplicação do critério referido no número anterior, as propostas serão ordenadas por ordem crescente do seu preço total.
3. Em caso de empate, o desempate será efetuado por sorteio, a ter lugar nas instalações da Assembleia Legislativa da Madeira, em data e hora a definir pela entidade adjudicante, a realizar nos termos do **anexo IV** ao presente documento, independentemente do número de concorrentes presentes.

Artigo 13.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar ou disponibilizar para consulta online, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP, adaptado pelo n.º 1 do artigo 7.º do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, e reproduzido como **anexo II** ao presente documento;
 - b) Declaração, ou autorização para consulta, que comprove ter a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- c) Declaração, ou autorização para consulta, que comprove ter a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - d) Comprovativo de registo no RCBE (Registo Central do Beneficiário Efetivo), para cumprimento da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
 - e) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - f) Cópia da certidão do registo comercial, ou respetivo Código de Acesso à Certidão Permanente para a sua consulta, com todas as inscrições em vigor ou documento equivalente caso não seja pessoa coletiva.
2. O adjudicatário deverá, ainda, entregar os seguintes documentos relativos à(s) pessoa(s) que intervêm no(s) contrato(s), salvo se for dispensada a sua redução a escrito:
- a) Elementos constantes no Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal;
 - b) Procuração com poderes para o ato, se aplicável.
3. Ao adjudicatário pode ainda ser solicitado a apresentação de quaisquer outros documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sendo fixado prazo para o efeito pelo órgão competente para a decisão de contratar.
4. O adjudicatário, quando legalmente exigível, está ainda obrigado a fazer prova do cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira (RAM), através da apresentação dos seguintes documentos, relativamente ao último exercício económico disponível:



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- a) Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, se for o caso);
- b) Declaração relativa a rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
- c) Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES);
- d) Anexo R da última declaração periódica do IVA.
5. Caso o adjudicatário considere não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, deve apresentar declaração sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação, que pode ser elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo III** ao presente convite.
6. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem estar redigidos em língua portuguesa ou ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
7. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, é concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento.
8. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão em quem este tenha delegado essa competência, notifica o adjudicatário relativamente ao facto que ocorreu, fixando-lhe um prazo de 2 dias, para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
9. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão em quem este tenha delegado essa competência, em função das razões invocadas, notifica o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 2 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 14.º

Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Artigo 15.º

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontre omissa nas peças do presente procedimento pré-contratual, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com as adaptações constantes do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, e demais legislação e regulamentação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
- a)...
- b)...
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ANEXO III

Modelo de Declaração (Caso aplicável)

[a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março]

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...
(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março, que a sua representada (2) não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira:

- ☐ Última declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto mantiver o respetivo contrato); (3)
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residente (modelo 10) e DMR; (3)
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES); (3)
- ☐ Anexo R do IVA da última declaração periódica. (3)

(local), ... (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 55.º






REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ANEXO IV

Regulamento do sorteio de desempate das propostas

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos termos seguintes:

- 
- 
- 
1. As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "n", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de registo de entrada da proposta.
 2. Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo a que não fique visível o número inscrito em cada folha.
 3. Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
 4. Os papéis serão retirados um a um, sendo elaborado um auto que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado a todos os concorrentes.
 5. O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
 6. Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação.
 7. Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes devidamente credenciados e mandatados, com os necessários poderes de representação, e bem assim outros funcionários da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, se o júri assim o entender.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ANEXO V

Formulário de Resposta

Tipo de licenciamento: Modelo Open Value mais SA - Valor anual x 3 anos					
Part Number	Descrição	Tipo de aquisição	Quantidade	Custo/unidade/ano	Custo total
9EM-00297	Win Server Standard Core SLng LSA OLV 16L NL 1Y aQ Y1 AP	Software + Software assurance	2		- €
9EA-00319	Win Server DC Core SLng LSA OLV 16L NL 1Y aQ Y1 AP	Software + Software assurance	4		- €
9EP-00255	System Center DC Core SLng LSA OLV 2L NL 1Y aQ Y1 AP	Software + Software assurance	8		- €
228-04738	SQL Server Standard SLng LSA OLV NL 1Y aQ Y1 AP	Software + Software assurance	1		- €
359-01471	SQL Cal SLng LSA OLV NL 1Y Aq Y1 AP	Software + Software assurance	30		- €
Descrição			Quantidade	Custo hora	Custo total
Serviços de manutenção			49		- €
Total					- €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]